

Política de Privacidade

Como a Skedli trata dados pessoais, com que fundamento, por quanto tempo e quais são os seus direitos.

Versão 0198c9b0-0000-7000-8000-000000000002

2.1 Quem trata os seus dados, e em que papel

Esta Política descreve como a Skedli, identificada em §1.1, trata dados pessoais.

A plataforma envolve dois papéis distintos, e confundi-los é o erro que esta seção existe para impedir:

- A Skedli é controladora dos dados de conta, de sessão, de vínculo de membro e da identidade fiscal de quem paga a assinatura. Ela também é controladora do tratamento de mensageria, porque decide o instante do envio, o número de tentativas e o texto da mensagem de confirmação.
- A organização é controladora do cadastro dos clientes finais, dos agendamentos e das entradas de lista de espera. Quem é cliente, que agendamento existe e em que horário são decisões dela, e a Skedli trata esses dados sob instrução dela.

Se você é cliente final de uma organização e quer exercer direitos sobre o seu cadastro ou os seus agendamentos, o pedido deve ser dirigido à organização que o atende. A Skedli repassa e dá suporte, e nunca decide por ela.

2.2 Que dados são tratados, para quê, e por quanto tempo

DADO	FINALIDADE	DURAÇÃO
Nome, e-mail e senha da conta	autenticar e manter a conta	enquanto a conta existir
Endereço IP e dados da sessão	manter a sessão e proteger contra acesso indevido	enquanto a sessão durar
Registro de acesso, com data, hora e endereço IP	cumprir a obrigação legal de guarda	6 meses
Identidade fiscal de quem paga	emitir cobrança e cumprir obrigação fiscal	prazo da legislação fiscal

Nome e contato do cliente final	permitir o agendamento e a confirmação	decidido pela organização
Histórico de mensagens de confirmação	comprovar envio e apurar contestação	12 meses do fim do ciclo
Agendamentos	registro de negócio da organização	enquanto a organização existir

Nenhuma finalidade desta Política é genérica. É **proibido** à Skedli tratar dado pessoal para finalidade não descrita aqui sem informar previamente o titular.

2.3 Com que fundamento legal

TRATAMENTO	BASE LEGAL
Conta, autenticação e prestação do serviço	execução de contrato
Cobrança e emissão de documento fiscal	cumprimento de obrigação legal
Registro de acesso e guarda fiscal	cumprimento de obrigação legal
Envio de confirmação de agendamento ao cliente final	legítimo interesse da Skedli e da organização
Prevenção a fraude e segurança da plataforma	legítimo interesse

O envio de confirmação apoia-se no legítimo interesse de reduzir falta ao atendimento agendado, interesse que é da organização e da Skedli e que atende também à expectativa do próprio cliente final, que agendou e espera ser lembrado. O tratamento se limita ao mínimo necessário para isso: identificador de contato, horário e serviço agendado.

O cliente final pode se opor ao tratamento e pedir a interrupção dos envios a qualquer momento, e o pedido bloqueia novas mensagens daquele canal e daquela finalidade. A plataforma exige registro de autorização antes do primeiro envio, de modo que o envio **nunca** ocorre sem manifestação prévia registrada.

Quando o tratamento se apoia em legítimo interesse, o titular pode solicitar informação sobre os critérios adotados, opor-se ao tratamento e obter o resultado do teste de balanceamento que o fundamenta.

Dado pessoal sensível. A plataforma **nunca** pede dado de saúde e **jamais** tem campo destinado a ele. Ainda assim, quando a organização é da área de saúde, o nome do serviço

agendado somado ao horário pode revelar informação sobre a saúde do cliente final.

Nesse caso a organização é a controladora e responde pela hipótese que autoriza o tratamento, tipicamente a tutela da saúde em procedimento realizado por profissional de saúde ou serviço de saúde. A Skedli trata esse dado sob instrução dela, na medida necessária para agendar e confirmar, e é **proibido** à Skedli usá-lo para qualquer finalidade própria, inclusive para segmentar, perfilar ou comunicar.

A confirmação enviada ao cliente final **jamaiz** descreve o serviço agendado de forma que revele condição de saúde a quem tenha acesso incidental à mensagem.

2.4 Com quem os dados são compartilhados

A Skedli compartilha dados pessoais apenas com quem precisa deles para operar o serviço:

- provedor de infraestrutura em nuvem, que hospeda a plataforma.
- provedor de mensageria e a plataforma WhatsApp, para entregar a mensagem ao cliente final.
- provedores de pagamento, para processar a cobrança da assinatura.
- provedor de monitoramento de erros, para diagnosticar a falha de software que interrompeu o seu uso.

O que o provedor de monitoramento de erros recebe é limitado ao necessário para localizar a falha. Os eventos enviados a ele são depurados de e-mail, telefone, identificador de usuário e corpo de requisição antes do envio. O que permanece é o identificador da organização a que a requisição pertence, o identificador público dela quando o agendamento parte de página aberta, e o endereço IP da conexão, que o provedor observa por conta própria para inferir o país de origem e que a depuração de conteúdo não alcança. Numa organização de profissional único esse conjunto pode identificar você, e por isso ele é tratado aqui como dado pessoal e não como dado técnico anônimo. Ele **nunca** carrega o conteúdo do agendamento, o dado do seu cliente final nem qualquer dado de pagamento.

A Skedli **nunca** vende dado pessoal e **jamaiz** o compartilha para publicidade de terceiro. A relação de subcontratados atualizada pode ser obtida pelo canal de §2.8.

2.5 Transferência internacional

Esta seção é o documento de transparência sobre transferência internacional, e traz o que a regulamentação obriga a publicar.

Forma, duração e finalidade. A infraestrutura da plataforma está hospedada fora do Brasil, e os dados descritos em §2.2 são transferidos e mantidos no exterior enquanto durar a finalidade que os justifica, pelos prazos daquela seção. A finalidade é a própria prestação do serviço: hospedar a plataforma, entregar as mensagens, processar a cobrança e diagnosticar a falha de software que interrompeu o uso.

País de destino. Estados Unidos da América, que nunca contou com decisão de adequação reconhecida pela autoridade brasileira.

Identificação e contato da controladora. Os de §1.1, e o canal de §2.8.

Uso compartilhado. Os destinatários e a finalidade de cada um estão em §2.4.

Responsabilidades e medidas de segurança. As de §2.9, exigidas contratualmente de cada destinatário.

Transferências posteriores. Cada destinatário pode subcontratar terceiro que também receba os dados, e a relação atualizada de subcontratados é obtida pelo canal de §2.8.

Subcontratado novo é comunicado antes de receber o primeiro dado.

Direitos do titular. Os de §2.6, exercidos pelo canal de §2.8. O titular pode peticionar contra a controladora perante a autoridade nacional e perante os organismos de defesa do consumidor.

Fundamento da transferência. As cláusulas-padrão contratuais aprovadas pela autoridade nacional, adotadas integralmente e sem alteração. O titular pode obter a íntegra delas pelo canal de §2.8. A criptografia dos dados jamais dispensa esse fundamento: a transferência se caracteriza pela operação, e não pela legibilidade do dado no destino.

2.6 Quais são os seus direitos

A legislação brasileira de proteção de dados assegura ao titular o direito de obter confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção de dado incompleto ou desatualizado, anonimização, bloqueio ou eliminação de dado desnecessário ou tratado em desconformidade, portabilidade, eliminação do dado tratado com consentimento, informação

sobre com quem os dados foram compartilhados, informação sobre a possibilidade de não consentir e as consequências disso, revogação do consentimento, e revisão de decisão automatizada.

O titular também pode opor-se a tratamento que dispense o seu consentimento, quando houver descumprimento da lei, e peticionar contra a controladora perante a autoridade nacional de proteção de dados e perante os organismos de defesa do consumidor.

A resposta é gratuita. O pedido de confirmação de existência de tratamento e o de acesso são atendidos em formato simplificado imediatamente, ou por declaração completa em até 15 dias contados do pedido. Os demais pedidos são atendidos no prazo da legislação.

A eliminação tem limite legal. Dado que a Skedli deve conservar por obrigação legal ou regulatória **nunca** é eliminado a pedido do titular antes de vencido o prazo que o cobre. É o caso do registro de acesso, do documento fiscal e do registro contábil.

2.7 Por quanto tempo os dados são guardados

Cada tratamento tem duração declarada em §2.2. Encerrado o prazo, o dado é eliminado ou anonimizado.

Encerrar o contrato não apaga dado algum, na forma de §1.10. A exclusão definitiva depende de pedido da própria organização, e entre o pedido e a exclusão há um período de 30 dias em que ela pode desistir. Vencido esse período, os dados são excluídos, ressalvado o que a lei obrigue a conservar.

Anonimizar e excluir são operações distintas. A anonimização remove o que identifica a pessoa e preserva o registro sem identidade, o que permite manter histórico e integridade contábil sem manter dado pessoal.

2.8 Canal de atendimento

O canal de comunicação com o titular e com a autoridade nacional é support@skedli.com.br.

Esse canal recebe as reclamações e as comunicações dos titulares, presta esclarecimentos, adota providências e orienta a equipe da Skedli quanto às práticas de proteção de dados. A identificação acima é mantida atualizada nesta Política, e a superfície que a publica deve apresentá-la em local de fácil acesso.

2.9 Segurança e incidentes

A Skedli adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais, entre elas criptografia em trânsito e em repouso, controle de acesso por papel, segregação de dados entre organizações e registro de acesso.

Nenhuma medida elimina integralmente o risco. Ocorrendo incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, a Skedli comunica a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares afetados no prazo e na forma da regulamentação, informando os dados atingidos, os riscos envolvidos e as medidas adotadas.

2.10 Cookies e tecnologias semelhantes

A plataforma utiliza cookies necessários ao funcionamento, sem os quais o serviço não opera, e pode utilizar cookies de desempenho para medir uso agregado.

Cookies que não sejam necessários dependem do seu consentimento, recolhido por aviso próprio que permite aceitar, recusar e alterar a escolha a qualquer tempo, com a mesma facilidade em ambas as opções.

2.11 Crianças e adolescentes

A conta da plataforma destina-se a pessoa maior de idade, e a Skedli **nunca** direciona o serviço a criança ou adolescente.

O cliente final cadastrado por uma organização pode ser criança ou adolescente, conforme a atividade dela. Nesse caso o tratamento observa o melhor interesse do titular, a organização é a controladora e responde pela base legal e pelo consentimento de quem detém a responsabilidade parental quando exigido.

2.12 Decisões automatizadas

A plataforma automatiza o envio de confirmação, a oferta de vaga da lista de espera e a criação do agendamento quando o cliente final aceita uma oferta. A falta de resposta a uma confirmação **jamaiz** cancela um agendamento por si só.

O titular pode solicitar revisão de decisão tomada unicamente com base em tratamento

automatizado, e informação sobre os critérios adotados. O pedido é dirigido a quem controla o tratamento em questão, conforme a divisão de §2.1: à Skedli quanto ao envio de mensagens, e à organização quanto ao agendamento e à lista de espera.

2.13 Alterações desta Política

Esta Política pode ser alterada, e o rito é próprio, **jamais** o mesmo do Termo de Uso de §1.

A alteração que toque a finalidade específica do tratamento, a forma ou a duração dele, a identificação da controladora ou o uso compartilhado de dados é comunicada ao titular, com o teor do que mudou em destaque, antes da vigência. A comunicação é dirigida ao titular, e **nunca** apenas à organização que o cadastrou.

Nos tratamentos que se apoiam em legítimo interesse não há consentimento a revogar, e é **proibido** oferecer revogação onde ela não existe. O que o titular exerce é a oposição, na forma de §2.3.

Cada versão recebe identificador próprio, e o arquivo de todas as versões, com data de publicação, data de vigência e o teor do que mudou, é público e permanente.

Em vigor desde 27 de agosto de 2026

Texto publicado em <https://skedli.com.br/politica-de-privacidade/>

SKEDLI TECNOLOGIA LTDA

68.813.220/0001-78

Rua Anízio Nogueira, 2255, apartamento 202, Jardim Porto Madero, Umuarama, Paraná, CEP 87505-590

support@skedli.com.br